

INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL E DA ARGENTINA

Eixo Temático: Estudos comparados nacionais

Patricia Maneschy (UVA/ Brasil)¹

pmaneschy@gmail.com

Maria de Fátima Costa de Paula (UFF/ Brasil)²

mfatimadepaula2015@gmail.com

Resumo

A presente investigação objetiva investigar a política cultural como mediadora das aprendizagens profissionais e sociais no ensino superior enquanto proposta formativa dos estudantes considerando um modo de avançar para além da subalternidade da cultura em universidades brasileiras e argentinas de âmbito público. Observa a institucionalização em documentos legais, na área da extensão universitária, abordando a articulação com o ensino e a pesquisa. Busca contribuir para a elaboração de políticas públicas na área da cultura nas universidades, na maioria das vezes desarticuladas da pesquisa e do ensino, isolando-se na extensão. Como relevância, a investigação do desafio identificar ações políticas propositivas na área da cultura. A metodologia do estudo comparado favorece a elucidação das particularidades da gestão das políticas culturais sem prejudicar a identidade das instituições investigadas, recorrendo aos processos institucionais analisando etnotextos sinalizando-os como saberes efetivos nas práticas contextualizadas em programas, projetos e outros dispositivos legais. A pesquisa bibliográfica, abordagem qualitativa, destaca especificidades e singularidades (RODRIGUES, 2006). Os referenciais teóricos; Hall (2016), Laclau; Mouffe (1985), Garcia-Canclini (1987), Fernández Lamarra (2014), Rubin (2007, 2016), Paula (2012) entre outros. A investigação encontra-se em andamento, vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da Prof^a. PhD Maria de Fátima Costa de Paula. A cultura é considerada eixo à formação dos estudantes universitários e entremeio aos movimentos interlocutores da universidade à sociedade como objeto fundamental, propositivo e fomentador da visão sobre o mundo atual, desta forma é condição à formação.

Palavras chave: Educação Superior; Políticas Culturais; Universidades Públicas; Brasil; Argentina.

¹ Prof^a Dr^a Patricia Maneschy Duarte da Costa, Cel: 55 21 – 996429409, pmaneschy@gmail.com, Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ/ Nilópolis, RJ, Brasil.

² Prof^a PhD Maria de Fátima Costa de Paula, Cel: 5521 – 988811749, mfatimadepaula@terra.com.br, Universidade Federal Fluminense – UFF, RJ, Brasil.

Da Política nas Universidades

Sabemos que concepções norteiam a dinâmica organizativa e estrutural das sociedades, consideradas as manifestações e expressões com linguagens em diferentes dimensões e, deste ganha caracterização por meio das relações entre os sujeitos, a constituição das subjetividades estruturando-se sob regras, preceitos e modos de usar-aplicar o poder que nem sempre tem como alicerce a igualdade norteadora de uma lógica aproximada ao discurso da liberdade, fundamentando-se na lógica de manutenção das diferenças socioculturais como eixo da competitividade e subalternidade entre sujeitos. É na sociedade contemporânea que se apresenta uma problemática, no dizer de Ângelo (2007, p. 03): “... a formação do indivíduo mediante os infinitos procedimentos de sujeição”.

A partir desta compreensão uma política de cultura nas universidades, localizadas na extensão universitária pode superar práticas de subalternidade incluindo à formação dos estudantes a reflexão sobre a cultura enviesada em seus conhecimentos profissionais. Podemos dizer que ainda marcam a universidade a partir de determinados cenários que englobam relações políticas, socioculturais e de uso do poder, que se distanciam das ideias de igualdade e pertença por meio do respeito às diferenças. Subjetividades são constituídas dissociadas da aprendizagem formativa, significativa e aprendente da cultura por meio da qual as relações entre os sujeitos podem desenhar mapas alternativos para compreensão da profissão que se estruture a partir de uma lógica mais justa e igualitária.

Entendemos a cultura como elemento constituidor de um sistema fundado na compreensão dos antagonismos existentes na sociedade, atravessada por mecanismos de poder e de sujeição como campo de regulação das políticas, sob o olhar de Foucault (1982).

Nessa perspectiva, a universidade por meio da extensão universitária poderia ser um setor de resistência ao poder dominante, articulador e formador, via desenvolvimento de uma política cultural, do tripé ensino-pesquisa-extensão. Embora uma primeira condição de subordinação, apresentada por Paula (2012) se coloque dentro do tripé universitário, em que a pesquisa recebe maior destaque político-financeiro do que a extensão se busca a compreensão sobre a extensão possuir um valor articulador adequado às formações³. Porém, os programas ofertados para apoio e desenvolvimento à extensão e a área da cultura apresentam-se em

³ Vide O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014, inclui carga horária as ações da extensão nas matrizes curriculares no Ensino Superior brasileiro – Art. 2; Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público; e inciso 12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

movimento para superação desta diferença de concentração dos mecanismos de controle e poder nas práticas dos projetos e segmentos da ciência na universidade. Nosso estudo, apresentado em 2015, publicado demonstra essa perspectiva encaminhando-se para superação, porém em 2017 ao enfrentamento da área da política cultural sofre novo desfecho: o não lançamento do edital para financiamento da área extensionista nas universidades públicas brasileiras. O que faz diferença às universidades Argentinas, enquanto das políticas. Dentro desta discussão recortamos neste artigo a política cultural, embora em condição de subalternidade no Brasil, a permanência da discussão se torna ainda mais relevante, o que trazemos uma pequena parte da complexidade que envolve a temática. Complementando as hierarquias e dicotomias citadas por Paula (2012), o próprio campo da extensão se apresenta subdividido em áreas de concentração, podendo ser identificados mecanismos de controle e poder, sob a forma de sujeição, tanto entre as áreas do tripé universitário, como entre as subáreas da própria extensão (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.) em relação à área da cultura.

Buscar compreender em que medida os mecanismos políticos instituem as modalidades de poder, controle e subordinação entre as áreas do tripé universitário e de que forma desenham movimentos pela busca do reconhecimento da extensão como eixo empoderado de integração-interação-interlocução no âmbito da subárea da cultura é um desafio.

A política cultural hoje no Brasil emana do Ministério da Cultura (Minc). A partir dos estudos sobre o campo da cultura estruturado na universidade dentro da extensão, as realizações nessa área apresentam-se dissociadas dos demais eixos – pesquisa e ensino. Quando se pensa a cultura como centralidade na universidade, por exemplo, trata-se de observar a diversidade e as diferenças considerando-as nos campos em que se desenvolvem os projetos investigativos. E assim se desdobraria para o ensino e para a pesquisa com a mesma perspectiva, ou seja, no ensino apreendemos a cultura como mediação antropológica à formação das sociedades e dos grupos e por meio da pesquisa pode analisar e propor projetos que tenham como foco a política cultural.

Na extensão, a cultura está associada a uma leitura mais abrangente. Cultura associa desenvolvimento, relação, empoderamento, articulação, produção, formas de significação para os campos que estruturam a sociedade.

Desenvolver uma política cultural na universidade por meio de projetos extensionistas hoje significa articular todos os campos de formação do sujeito e dos mecanismos que compõem a sociedade, de modo a agregar valor às possibilidades de transformação e

consolidação de uma sociedade humana mais igualitária e justa. Mas na prática, realizar extensão e uma política cultural na universidade não é simples, sobretudo a partir da relação de sujeição desse campo em relação à pesquisa e ao ensino, dificultando, assim, a própria compreensão da política cultural via extensão universitária.

Quando se pensa a extensão universitária há um senso comum entre os teóricos, tais como Nogueira (2000) e Mendes (2007), de que o conceito nasce permeado por uma história conturbada e polêmica, pois existem contradições e paradoxos, equívocos e imprecisões, tal a diversidade de entendimentos sobre a sua função. Se o conceito é, digamos, polissêmico, a função ficará a cargo da compreensão que dele se fizer nas diferentes instituições de ensino superior. Este entendimento ainda hoje representa um campo de lutas.

Entre restrições e avanços nas discussões sobre a finalidade da extensão, o entendimento da função da extensão passou por vários momentos difíceis de controle das atividades, pois se concebiam as atividades de extensão como mero canal de transmissão para a sociedade do resultado do ensino e da pesquisa, de forma isolada. Nessa perspectiva, a extensão não se projeta devido ao discurso da sua sujeição aos eixos da pesquisa e do ensino, pois a mesma ratifica a posição da ciência como dissociada da vida, principalmente da cultura posta na sociedade, pautando-se nas metanarrativas da sociedade estruturada e fundamentada no paradigma da cientificidade. Qual ordenamento, qual outra ousada estrutura será capaz de questioná-la, pois a identificação das instituições educativas como meio de confinamento, cumprindo o papel de disciplinar os indivíduos e a sociedade, em seus mecanismos de sujeição estrutural, nos convidam a pensarmos em formas de resistência e linhas alternativas de fuga (FOUCAULT, 1999).

Na mesma medida, na visão de Foucault (1982), o reconhecimento de uma sociedade em crise dos meios disciplinares com o advento da segunda guerra mundial (metade do século XX), demanda uma educação que necessita de reforma. A análise de Foucault de que as instituições disciplinares estavam condenadas a executar reformas enuncia novas forças que tratam apenas de ocupar as pessoas e dar conta de suas ansiedades, surgindo assim as **sociedades de controle**, denominação dada por Deleuze (1992) em continuidade aos estudos de Foucault sobre as **sociedades disciplinares** [grifos da autora]. Mas é também nesse futuro de controle que as instituições enfrentam as liberações e as sujeições, ou seja, as novas configurações institucionais que superam o confinamento passando a atuar além das fronteiras de seus muros nucleares/ estruturais, congregando novos sentidos para ultrapassar os mecanismos de controle que encontram rivalidades ao confinamento. Mas **discutimos e investigamos a extensão e o campo da cultura** [grifos da autora] justamente sob a hipótese

da criação de mecanismos de liberação capazes de conduzir a formas de superação das desigualdades valorativas instituídas.

A presença permanente do sujeito em condição interativa e reflexiva na sociedade, as representações de poder e os modos como esse sujeito lida com as mesmas em diversas situações que exigem o constante exercício de significação, fazem com que a complexidade da compreensão da construção social não seja tão simplória, para afirmar a incapacidade do sujeito de liberar-se da sujeição estrutural. Há complexidade como tensão saudável no decorrer deste trabalho reflexivo de encontrar interconexões e significações para os quatro eixos cultura-educação-universidade-poder⁴.

Observamos que a prestação de serviços e os cursos de extensão continuam a ser o viés de interligação universidade-sociedade. Há, ainda, muito pouco reconhecimento da existência de uma interação efetiva e não apenas discursiva, onde os saberes circulem da sociedade para a universidade e vice-versa. Essa prática não considera as culturas presentes tanto na sociedade como na universidade como sendo um campo que produz uma cultura formativa quando articulada ao ensino, à pesquisa e à extensão.

A extensão na Argentina assumida pelo desenvolvimento estudantil em Córdoba (1918) entendeu que as atividades de extensão têm como objetivo fortalecer a universidade diretamente vinculada ao comprometimento com seu povo e a cultura da universidade voltada para a questão dos problemas nacionais. Deste modo o Ministério de Educação na Argentina se estrutura e organiza diferente da estrutura Brasileira ao tratar da temática. Dividem apoios por meio de várias convocatórias (Editais) que se distribuem em temáticas para o desenvolvimento dos diferentes âmbitos da universidade, e quase todos perpassam pela extensão universitária dependendo da compreensão do mesmo no modo de apoio. Então teremos para extensão a possibilidade de apoio em diversas frentes. Por exemplo a convocatória denominado “Universidad e desarrollo local”, com eixos temáticos, tais como: controle de resíduos, habitação e saúde, que podem ser submetidos com temáticas internas ou externas à universidade. Deste modo há uma autonomia universitária em decidir em que área da extensão estará alocando desenvolvimento.

Passamos a discutir, brevemente e especificamente, algumas realizações extensionistas que tem sido realizada para o desenvolvimento da política cultural em experiências de algumas universidades no Brasil e na Argentina.

⁴Os eixos cultura-educação-universidade-poder foram descritos propositalmente objetivando mostrar o papel da cultura como mediadora e interlocutora dos demais campos.

Garcia-Canclini definiu Política Cultural como “O conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.”, (GARCIA-CANCLINI, 1987, p. 26), que pressupõe metas e ações a serem desenvolvidas e realizadas por sujeitos envolvidos social e politicamente para efetivação de conquistas frente à sociedade e sua demanda. Envolver assim poderes públicos e sociais em questão. Não dá para conceber somente um lado da ação, mas uma interação, no caso o cenário da Instituição Universidade e os atores sociais-culturais que atuam e interatuam na interlocução com os atores sociais presentes no campo da sociedade de maneira geral. Na América Latina, recentemente discutimos o campo da política cultural nas universidades e associadas ao pilar da extensão universitária, porém a discussão só ganha força, no reconhecimento da universidade como autônoma, realizando sua função social e de trocas com a sociedade, bem como próxima à comunidade trabalhadora, isso a partir de 1918 no movimento gerado pela Universidade de Córdoba na Argentina (LAMARRA, 2014).

Os estudos comparados possibilitam olharmos as diferentes organizações e os modos de institucionalização dos seus projetos conceptivos, teóricos e práticos a partir de uma perspectiva inovadora, tomando-se como ponto de vista a capacidade de criação ou recriação analítica sob o objeto estudado. Este estudo comparado busca perspectivas sobre políticas culturais adotadas e transcende a finalidade de igualar proposições ou práticas dos seus projetos, pois recorre a metodologia institucional-social e em etnotextos para melhor inferir sobre a realidade políticociocultural. Neste mote conceptivo, as duas realidades universitárias sobre o *modus* em que opera as políticas culturais, podemos dizer, que se estabelecem laços próximos e apresentam possibilidades de efetivar a cultura como fator de aprendizagem da própria dinâmica sociocultural. A diversidade do conceito de política cultural, hoje, contribui no âmbito da crítica a diversidade de institucionalizar o desenvolvimento cultural, mas também, o restringe em ações isoladas a política formativa à que se propõe avançar no âmbito universitário. Assim, se compreende a caracterização inter/multidisciplinar da cultura, tomando o pensamento de Laclau e Mouffe (1985) sobre o

valor da política a partir do “universalismo relativo”⁵. Tomando como base o conceito da UNESCO,

... que ‘política cultural’ deve ser compreendida como a totalidade consciente e deliberada das práticas, ações ou ausência de ações em uma sociedade, visando a atender certas necessidades culturais por meio da utilização otimizada de todos os recursos físicos e humanos disponíveis para aquela sociedade em um dado momento; (b) que determinados critérios deverão ser definidos para o desenvolvimento cultural, e que a cultura deve ser associada ao cumprimento do desenvolvimento individual, econômico e social. (UNESCO, 1969, p. 10, tradução nossa, grifo nosso).

consideramos a universidade como instituição produtora, propositiva e difusora dos conhecimentos reconhece a cultura como viés significativo na aprendizagem e estabelece uma concepção e um modo organizativo institucional em seus programas, projetos e práticas. Cada instituição apresenta sua concepção e a partir da mesma estabelece os limites e as práticas, assim na maioria das universidades pesquisadas a política cultural embora proposta associada à atividades em que “participaria” não se concretiza no modo de interiorização da mesma como compreensão formativa associada à sua profissão e sua relevância no cotidiano social. Nas universidades públicas brasileiras⁶ encontramos a política cultural valorizada de modo relativo, pois crê na cultura como um eixo de identidade que infere sobre todo o *modus operandis* da mesma, porém resguarda a possibilidade e olha-la sob o aspecto do desenvolvimento localizando-a na área da extensão universitária e lhe conferindo valor social e político, por vezes dissociado do eixo do ensino e da pesquisa, nesta visão não percebe que a pesquisa possui valor cultural se for agregado ao ensino quando se destacar como reconhecido em um projeto associado ao entorno das variáveis sociais e culturais. Deste modo, a cultura passa por projetos que podem ser isolados ou não do contexto do ensino, pois ficará nas mãos do reconhecimento pessoal do docente associar a cultura ao seu projeto de ensino ou de pesquisa, implicando na fragilidade da própria formação ou limitações do conhecimento reduzido à aplicação técnica, podendo até comprometer a técnica. Essa visibilidade pode ser fator de perda do reconhecimento analítico da realidade sóciopolíticoeconômico, pois ao compreender a cultura como uma categoria amplia a possibilidade tanto do o valor acadêmico como o transcende ao social. É possível não dissociação da realidade no decorrer da aplicação teórica do conhecimento. A relevância dada à cultura como eixo formativo no Brasil é recente e data de 2008-2009 o início e destaque à

⁵ Considera; o pluralismo e os conflitos de identidade, a diferença e o multiculturalismo.

⁶ O universo da amostra aqui apresentada está restrito somente aos programas e projetos analisados em que se observa a presença da política cultural como viés formativo ao estudante.

discussão e efetivação via Programa de Extensão Universitária (ProExt), com apoio para o desenvolvimento dos programas e projetos das áreas extensionistas para implementar políticas públicas visando inclusão social⁷. Estes passam a ser formatados na área da cultura associada à configuração do projeto conceutivo de cada instituição. Por exemplo; na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) projetos analisados no período de 2010 e 2014 encontramos a área da cultura voltada para o trabalho com economia da cultura, formação de público e mudanças de técnicas específicas, concebendo cultura como mudanças e reconhecimento de hábitos em áreas do conhecimento científico trabalhando o objeto vinculado ao comportamento, desenvolvimento de técnica ou hábito popular, a cultura vista como fator de interlocução formativa se restringe a associar uma cultura à outra. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), encontramos projetos concebendo a cultura como formação associada à profissão aplicada, estabelecendo um modo aprendente da profissão dos formandos, isso implica na capacidade de pensar e associar a formação cultural ao futuro possibilitando que a própria sociedade verifique seus valores e hábitos culturais. Nos dois exemplos ficam claros quanto a diferença formativa em que a cultura se apresenta. Não significando se um ou outro tem maior ou menor valor.

Moreno (2006) ao comentar sobre o papel da gestão cultural na América Latina questiona a concepção, a forma e o espaço que se permite encarar e resolver questões que se apresentam em um campo de tensões ideológicas⁸, pois ao trazer a cultura como objeto de desenvolvimento social inclusivo, a proposta do ProExt para área de cultura vai trazer mais alguns questionamentos sobre o modo de gestão que empenhamos, ou seja, qual o valor adotado sociocultural. Considerar produção da cultura em sua forma política implica cuidar da compreensão sobre a institucionalização da mesma. No caso, não bastaria promover o financiamento para garantir a qualidade de um projeto cultural inclusivo esteja voltado para a uma resposta imediata da substância de aplicabilidade momentânea do projeto. Moreno (2006) dirá do cuidado que se deve observar para tal finalidade nos programas ou projetos culturais, cuidar na observância da vinculação da concepção anglosaxônica de cultura como regulação, ou seja, o vínculo que se estabelece com a tradição europeia continental, pois corremos o risco de reproduzir histórias dissociadas da configuração sociocultural na visão de Laclau e Mouffe (1985), por exemplo.

⁷ O que nem sempre se apresenta na finalidade dos projetos culturais, embora de certa forma possa ou não, trazer contribuição. Esta visão dependerá do modo como o projeto trará na sua constituição o reverso, ou seja, qual a capacidade de modificação social, no caso a inclusão, pois demandaria verificar posteriormente avaliação qualitativa adequada, o que para tal necessita a criação de metodologias de avaliação na área cultural em que o projeto foi aplicado. Tal proposição ainda não foi verificada.

⁸ Em nosso entendimento, conceptivas permeadas de ideologias.

En consecuencia, la cultura no puede gestionarse sólo como un negocio, en tanto ella debe también cumplir con el canon de la regulación en la producción ideológica. ¿Cuáles son los componentes de registro que permitieron unir gestión a cultura?

Primero, es la concepción operacional de que a cultura que se puede gestar es aquella que está en condiciones de institucionalizarse. Segundo, la necesidad de dar cuenta de los actores que se integran en la dirección del público (Estado/ gobierno) respecto del negocio privado.

Das universidades Argentinas destacamos a la Universidad de Buenos Aires (UBA), empeñada en trabajar a la propuesta cultural como camino para inclusión social. Encontramos diversas actividades que funcionan a partir de la propia universidad o en parceria con el Ministerio de Educación de la Nación. Nesta parceria no encontramos actividades directamente relacionadas a la cultural, mas sí a programas que atienden al voluntariado, la formación de profesores investigadores y docentes, y atiende a un eje que se comunica directamente a los barrios, denominado “La universidad en los Barrios. Los Barrios en La Universidad”, incluyen proyectos que atienden directamente a las comunidades en que hay campus de la universidad y algunos se identifican como culturales, por tener atención a la población. El objetivo de este programa se dedica a mirar el espacio, el territorio y trabajar en la implementación de políticas de inclusión educativa, aborda democratización para el acceso al ensino superior, y toma la cuestión de la inclusión como una cuestión cultural vía educación. El Pró-Reitor, explica la articulación cultural como fundamento de todos los proyectos desarrollados en la extensión, y comenta ser un objeto compuesto a la política del eje extensionista, específicamente de la UBA.

El proyecto específicamente sociocultural vinculado a la Secretaría de Extensión Universitaria está bajo la guarda de la Secretaría de Relaciones Institucionales, cultura y comunicación y se efectiviza por medio del Centro Cultural Rector Ricardo Rojas datado de 1984, y como equipamiento cultural vehicula la concepción política cultural con propósito de promover la reflexión sobre el empoderamiento de los actores sociales.

Presenta la descripción de sus actividades como siendo de vanguardia relacionada a la participación directa en sus proyectos de la comunidad con objetivo de promover cambio sobre la visión de la cultura como asociada a la comunidad como pertenencia social. Describe:

El Rojas se consolidó como uno de los centros de vanguardia y experimentación de la ciudad de Buenos Aires a partir de su nutrida programación artística y cultural. Artes escénicas, Artes visuales y nuevas tecnologías, Ciencia y cultura sostenible, Cosmos UBA, Cultura urbana, Letras y pensamiento conforman mes a mes su dinámica propuesta. La política de programación apunta a fomentar el cruce y la búsqueda en y entre diversas disciplinas. De esta manera se propone descubrir, producir y

hacer circular de un modo diferente lo que está presente en la cultura. Es un verdadero laboratorio de experimentación donde los proyectos se hacen realidad y logra un interesante equilibrio combinando el trabajo de artistas emergentes y notorios de cada ámbito.

La institución cuenta con reconocimiento nacional e internacional. Recibió distinciones y trabaja en conjunto con otras organizaciones. Su original mirada, trayectoria y lugar de calidad artística atraen a 100.000 personas por año y lo establecen como una usina cultural de cambio en pos de una sociedad sostenible. (<http://www.rojas.uba.ar/institucional.php>)

Propõe-se, como no Edital no Brasil, ao alcance do reconhecimento das identidades socioculturais visando à inclusão social. Suscita e provoca experimentações sobre o espaço que ocupa a universidade na comunidade social, científico, político e o impacto que a própria economia da cultura impacta na ação cultural-social. Desenvolve ações político culturais para direito ao acesso, formação de público e inclusão social por meio de veiculação de verba para sustentabilidade de seus projetos. Esta arrolada em ações de expressão artística, publicações, cursos para o público de diferentes faixas etárias e interesse cultural. O centro possui eixos organizativos que integram ou não, dependendo do projeto e da programação, entre os departamentos de Artes cênicas, Artes visuais e novas tecnologias, Ciência e cultura sustentável, Cosmos UBA, Cultura Urbana, Letras e pensamento. Toda a produção dos trabalhos passa por análise e pode ser publicada, sendo formatada para livros ou mesmo para programas de rádio da própria universidade. O Centro cultural é considerado um exemplar dos centros que constituem a vanguarda da América Latina, porque trata o espaço como um lugar para experimentação da produção das diferentes manifestações das artes, da cultura e da sustentabilidade da ciência, da tecnologia e da cultura urbana, possuindo reconhecimento internacional e por atender um público circulante em média de cem mil pessoas ao ano. Efetiva-se, assim como proposta formativo educacional se busca o perfil transdisciplinar que promove a capacidade de pensar em uma programação político cultural propulsora da discussão, produção e circulação da cultura de um modo diferente, ou seja, como se fosse um laboratório experimental contemporâneo social. Assim, mesmo sendo um espaço que se compõe a partir da atividade de extensão da universidade o Centro é um local de desenvolvimento e promoção efetiva da política cultural com objetivo de inclusão social. Ao pensarmos a veiculação deste espaço com o objetivo profissional formativo vinculado à todas as profissões que circulam na Universidade de Buenos Aires não fica claro, pois ao entrevistarmos a Coordenadora do Centro não se tem esta proposta como um eixo, sendo assim não há dados que possam ser relacionados a questão do estudo. A capacidade de articulação entre os eixos da universidade ocorre, trazendo configurações diferentes de

produção que vai da acadêmica á artística. Deste modo configura oportunidade de empoderamento social e inclusivo. O destaque está nas artes.

Na Universidade de Tres de Febrero (UNTREF), encontramos outra perspectiva mais arrojada na área da produção da discussão acadêmica em torno da gestão, sustentabilidade e reconhecimento da cultura como intrínseca à formação profissional e pessoal. Empenhando-se em promover uma investigação consolidada no que tange ao alcance de dados e de respostas formativas por meio das políticas culturais que os projetos de cultural do governo ou da sociedade (incluindo equipamentos e instituições educacionais) são capazes de promover enquanto objeto de inclusão sociocultural. A contribuição do Programa de pós-graduação em Gestão cultural não está localizado à área da extensão e sim ao ensino, poderia romper com a discussão hegemônica do domínio da pesquisa sobre a proposta da universidade. Mas ao transferir somente para o valor do ensino, o mesmo, ainda se localiza na Pós-Graduação, o que garante a trajetória da investigação ao âmbito da universidade como poder sobre os demais eixos, trazendo a extensão para o lado da realização do projeto cultural correspondendo aos tradicionais investimentos da política cultural, ou seja, formação de público e atividades de manifestação e expressão cultural. Nada impede que estas atividades possam ser mais aproveitadas no sentido da articulação reflexiva e impulsionadora da inclusão social. O objeto da formação continua presente, porém restrito às análises serem provocadas pelo eixo da pesquisa, configurando eixos e a alternância de poder entre ambos.

A universidade possui um Centro cultural para exposições, cursos e diferentes projetos culturais nas suas diferentes manifestações, trabalhando com formação de público e de pensamento. Essa dinâmica provoca a pesquisa, configurando o que chamamos de alternância da concepção sobre o valor compartilhado dos eixos da universidade.

Outra área da cultura na UNTREF, ainda se dedica ao desenvolvimento de cursos, exposições de formação para o público em geral, interno e externo à universidade, como citado, acontecem no próprio Centro Cultural ou não. Os campi desta universidade realizam propostas culturais atendendo à política do Ministério da cultura Argentino desenvolvendo programas e projetos realizados junto à comunidade externa compondo a inclusão social e promovendo em alguns a sustentabilidade. Os projetos acontecem a partir das diversas áreas de manifestação e expressão cultural de determinada comunidade em interação à universidade e associam ao ensino. Os registros são institucionalizados, objeto de orgulho do trabalho dos docentes, alunos e agentes envolvidos.

O diferencial desta universidade e a proposta cultural está justamente em realizar as áreas, e o destaque está no olhar apurado da cientificidade.

Ambas universidades argentinas apresentadas neste trabalho contribuem para a capacidade de pensar a cultura como eixo formativo à profissão. Por meio das ações dos programas e projetos desafiam a sociedade a refletir sobre a estrutura universitária e a articulação entre os eixos que a compõem, bem como realizar a sua finalidade última, da natureza da universidade, estar na sociedade como instituição produtora e difusora do conhecimento articulador e desarticulador do pensamento humano, difundido-o e provocando contribuições efetivas às mudanças das sociedades.

Difícilmente podemos analisar comparativamente os diferentes perfis apresentados das universidades em questão, mas podemos trabalhar com a particularidade de cada uma em um eixo comparativo comum, ou seja, a concepção de que a cultura está diretamente relacionada à formação, mesmo que em diferentes formatos de institucionalização da mesma. A cultura como eixo na formação das pessoas, no âmbito profissional ou não, desenvolve junto à educação sua capacidade de desestabilização do status quo de um segmento. A busca pela inclusão não passará apenas pela formação de público, mas pela sustentabilidade e crescimento da reflexão sobre a realidade vivenciada pelos sujeitos na, da e em ação cultural.

A configuração do poder na universidade entre os eixos que a compõem não são legitimamente norteados de forma petrificada como concebemos, por vezes, de forma radical em concepções. O que é mais interessante é observar que este movimento, pode e deve ser elucidado e provocar a capacidade de se pensar os contextos cotidianos e a indução de um sobre outro e a proposição de mudanças que tragam outros conhecimentos institucionalizadores da produtividade contínua das sociedades.

A natureza da denúncia verificadora dos domínios do poder sobre as características dos programas e projetos podemos dizer que correspondem ao conceito de diferença de Derrida. Não há um suporte único para trabalhar a configuração dos sentidos a partir das trocas de pensamento expressos nas linguagens e na cultura, mas há que se reconhecer os grupos e a pertença de crenças conceituais-científicas sobre o momento em que se constroem os programas e projetos.

A valoração intrínseca à razão epistemológica da cultura na sociedade, consideramos a visão a partir de Hall (2016), há um eixo cultural da crença sobre o conhecimento e a forma com que se manifesta, por vezes rompe ou mantém a origem do poder. Aproximando campos e

Finalizando considerações repensáveis

Na proposição desta pesquisa, se busca compreender a cultura como valor formativo, pois acreditasse na cultura vivida no entremeio políticosocioeconômico interiorizado como aprendizagem inerente as sociedades contemporâneas. No entanto percebemos que há modos diferentes de promover a formação aprendente com viés compreensivo político cultural.

Considerando a orientação fixadas nos editais nacionais do ProExt, no item 4.2.2 Cultura e Políticas Públicas no item, e ao mesmo tempo não o generalizando comparativamente, podemos considerar que em todo este trabalho percebemos a carência de uma política que se associe,

d) Propostas que desenvolvam indicadores de monitoramento e avaliação de políticas culturais que promovam ações intersetoriais com outras áreas das políticas públicas, como educação, saúde, direitos humanos, meio ambiente, trabalho, emprego e geração de renda.

é viável pensar em uma condição apropriada na maioria dos projetos, pois em cada projeto encontramos uma ou mais áreas sendo destacadas na condição que se propõe o conceito para a política pública em cultura, o que ainda não conseguimos aprofundar e categorizar de modo adequado a partir dos resultados em função da pouca apropriação do fator “Propostas que desenvolvam indicadores de monitoramento e avaliação”. A área cultural na extensão universitária será de grande valia na atividade nacional, principalmente no Brasil, de onde falamos deste estudo comparado, tendo em vista dois pontos centrais: a perspectiva formativa de caracterização inter/multidisciplinar em condição crítica da realidade em que os programas e ou projetos extensionistas foram aplicados detectando alcance efetivo da relação interlocutora do ensino-aprendizagem, dos formandos como da comunidade atendida de forma contínua e não pontual. Rubin (2007, p. 3) sinaliza: “Em todos estes momentos de investigação pude constatar a fragilidade, a descontinuidade e a dispersão das políticas culturais brasileiras e dos estudos efetuados acerca delas.”

Embora na Argentina encontremos indicadores mais claros a partir das leituras da visão gestora sobre a cultura, também não encontramos nos programas de efetivo cotidiano, os dados que podem elucidar o alcance da proposta de formação educativa associada à compreensão da cultura como eixo vinculado à profissão e o exercício da mesma.

A política cultural se abre para uma visão ampliada da capacidade humana de perceber a construção que faz da sua própria ação, identidade e inferência sobre a realidade da força da sua representação na sociedade. Hall (2016) nos traz a ideia que pode contribuir para uma reflexão mais aprofundada da cultura na sociedade quando se refere à capacidade de

percebermos no sentido das coisas a descoberta da nossa própria identidade, e o mesmo passa por reelaborações conforme a a-historicidade⁹ e do período histórico no qual vivenciamos as experiências de interação social redesenhando as práticas da conduta no tecido social. É preciso perceber os veículos que nos atingem diariamente com as mensagens da linguagem produtora de sentidos e o modo como o interiorizamos e interagimos consolidando áreas da vida cotidiana. Nessa perspectiva o conhecimento-cultural produzido, vivenciado e trocado nas universidades na interação com as proposições interlocutoras à sociedade pode contribuir na análise perceptiva da formação profissional.

Nesta perspectiva se estabelece este estudo, propondo a reflexão analítica avaliativa sobre o acompanhamento dos projetos que tem sido aplicado. A necessidade de estabelecer indicador para monitoramento a médio e longo prazo, pois uma mudança antropológica não se consolida a partir, somente, da aplicação de um programa ou projeto, mas por meio da continuidade interlocutora estabelecida e a capacidade da comunidade interiorizar o conhecimento veiculado, ou seja, de apreender culturalmente conhecimentos que beneficiem a localidade/comunidade social receptiva, seja, interna ou externa as proposições que partem da comunidade universitária e sua própria aprendizagem adquirida nesta interlocução. É fato do projeto da finalidade universitária à sociedade que se insere.

A análise dos programas e projetos propostos para extensão em ambos países pode ser aprofundada no que tange à distribuição dos recursos em função das necessidades e demandas locais e regionais, considerando as parcerias entre os entes federados e órgãos de apoio regional e local. Isso, considerando que as dinâmicas do poder e autonomia das universidades disseminadas na estrutura universitária se desdobram na relação da mesma com a sociedade.

É relevante se falar em formação via área cultural na universidade, por muitos motivos, mas principalmente pelo discutido nesse texto, que pauta-se na compreensão da pesquisa como a área valorizada no *modus* estruturante de organização da universidade na história, submetendo a extensão a um lugar secundário. Entendemos ser essencial maior valorização e significação interlocutora da extensão pela universidade e pelos órgãos oficiais, e dentro dela da área de cultura, para que outras mediações teóricas, metodológicas e políticas possam subsidiar uma formação de qualidade, referenciada socialmente, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável com justiça social.

⁹ Conceito utilizado em Psicopedagogia para designar a composição da subjetividade a partir de uma história que antecede o indivíduo, a história da sua família e de si como componente da mesma e das ações que irá conviver no seu percurso de formação ao longo da sua historia individual.

A relevância que se dá à extensão universitária na área da cultura é fundamental para compreender a subordinação da área temática da cultura. Em se tratando de editais e convocatória específica nesta área poderia ser mais bem aproveitada, tanto no fomento como na sua produção de conhecimentos interdisciplinares para alimentar a pesquisa e o ensino. Devemos lembrar que os editais e convocatórias que são independentes nas suas áreas temáticas que ainda nem constam nos Plano Nacionais de Extensão. No jogo das sociedades de controle (DELEUZE, 1992), a extensão ganhava visibilidade e valorização no mesmo patamar da pesquisa, com editais específicos que lhe conferiam esse reconhecimento e ainda traziam a cultura para a cena do eixo articulador das produções, o que na pesquisa é inviável, pois a relevância deve estar na ciência, tecnologia e inovação, como se estes eixos não fossem considerados mediados e transversalizados, também, pela cultura.

Os breves dados apresentado demonstram que é preciso aprofundar as discussões sobre a significação da área Político cultura como um campo formativo na universidade, que mesmo sendo considerado transversal faz parte do tripé universitário e propicia a articulação necessária com as políticas públicas da educação superior, como descrito nos documentos oficiais tanto das propostas emanadas dos Ministérios da Educação e ou da Cultura dos países estudados. É necessário discutir na universidade as políticas existentes e sua relação com os critérios de avaliação para aprovação dos programas e projetos de extensão, cuidando da distribuição político-administrativa dos interesses do governo em desenvolver ações no sentido da promoção do desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo observamos que a categoria do Poder institucional nem sempre está localizado na centralização da instituição, considerando a visão de Foucault (1979), esse não é somente instituído via meios políticos ou jurídicos existindo para além deles, ou seja, pertencem a estruturas veiculadas pelas extremidades, além das regras, colocadas no tecido social, de forma dissolvida, e digamos irreconhecível as vezes. Mas está ali se configurando conforme as interfaces de acordos e poderes descentralizados e reconfigurados conforme as práticas sociais que forem constituídas historicamente.

Assim, se apresenta relevante perceber como estas relações de poder nos eixos da universidade por vezes podem redesenhar a forma com que se executará o projeto da política cultural na extensão universitária.

REFERÊNCIAS

- ÂNGELO, Miguel. Biopolítica e sociedade de controle: notas sobre a crítica do sujeito entre Foucault e Deleuze. **Revista Científica** – Estéticas da Biopolítica, Ensaios críticos, v.1 n.1, p.1-8, 2007. Disponível em:<http://www.revistacinetica.com.br/cep/miguel_angelo.pdf>. Acesso em: 25/02/2014.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações** (1972-1990). Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992 (Coleção TRANS).
- FOUCAULT, Michel.. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 20. ed., Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **Em Defesa da Sociedade**. Trad. de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GARCIA CANCLINI, Néstor (Ed.). *Políticas culturales en América Latina*. México, D. F.: Editorial Grijalbo, 1987.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução: Wiliam Oliveira e Daniel Miranda. Rio de Janeiro: Editorial: PUC-Rio, 2016.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politic*. London: Verso, 1985.
- LAMARRA, Norberto Fernandez. 2014. Universidad, sociedad y conocimiento reflexiones para el debate. In: *Avaliação*. Campinas, Sorocaba, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 663-687, Nov. 2014.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXI, n. 49, p. 51-61, janeiro 2012.
- RUBIN, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil e na Argentina. [2007]. Disponível em: www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_Brasil_Argentina.pdf. Acesso em: 26.05.2017.
- RUBIN, Antonio Albino Canelas; CANAL, Carlos Yanez; BAYARDO, Rubens Org.). *Panorama da gestão cultural na Ibero-américa*. Salvador: EDUFBA, 2016. (Coleção Cult; n. 23).
- UNESCO. *Cultural policy: a preliminary study*. Paris: UNESCO, 1969.